



PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA E CONSTRUIR A CULTURA DE PAZ

MAESTROS Y PRÁCTICAS EDUCATIVAS PARA COMBATIR LA VIOLENCIA Y CONSTRUIR UNA CULTURA DE LA PAZ

ASSIS, Vivian Maria Senne de
vivian.senne@gmail.com
UNITAU - Universidade de Taubaté

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado
suzana.ribeiro@falaescrita.com.br
UNITAU - Universidade de Taubaté

RESUMO Este artigo é um recorte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação. Tem por objetivo analisar dados sobre a percepção dos professores a respeito da eficácia de um projeto de formação que visa reduzir e prevenir ações violentas no contexto escolar, por meio dos princípios da Justiça Restaurativa, da Cultura de Paz e dos Processos Circulares. Este projeto é parte de uma política pública educacional, adotada pela Secretaria Municipal de Educação, de São José dos Campos (SP). Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, que registrou onze entrevistas semiestruturadas com professores participantes da formação. A análise das entrevistas permitiu afirmar que o processo formativo gerou um impacto positivo na prática docente.

Palavras-chave: Cultura de paz. Educação. Formação docente. Política pública.

RESUMEN Este artículo es un extracto de un Maestro Profesional de Investigación en Educación. Su objetivo es analizar los datos sobre la percepción de los profesores acerca de la efectividad de un proyecto de formación que tiene como objetivo reducir y prevenir los actos violentos en las escuelas, a través de los principios de la justicia restaurativa, Cultura de Paz y procesos circulares. Este proyecto es parte de una política pública educativa, aprobada por el Departamento de Educación de la ciudad de São José dos Campos (SP). se llevó a cabo un enfoque de investigación cualitativa, que registró once entrevistas semiestruturadas con la formación de profesores participantes. El análisis de las entrevistas nos permitió afirmar que el proceso de formación genera un impacto positivo en la práctica docente.

Palabras clave: Cultura de Paz. Educación. La formación del profesorado. Política pública.

1 INTRODUÇÃO

As escolas são espaços importantes de convivência e aprendizado de relações sociais. A convivência no espaço escolar tem sido discutida por vários teóricos e ganhado centralidade em debates sobre a educação.

Estudos apontam que muitos são os problemas que atingem o universo escolar. Santos (2009) pontua que a escola está em crise porque há séculos mantém as mesmas formas de organizar seu mobiliário, de desenvolver os conteúdos, de avaliar a aprendizagem e de se relacionar com os alunos. Candau (2010) afirma que a educação escolar vive problemáticas que abrangem diferentes dimensões:

[...] universalização escolar, qualidade da educação, projetos político-pedagógicos, dinâmica interna das escolas, concepções curriculares, relações com a comunidade, função social da escola, indisciplina e violência escolares, processos de avaliação no plano institucional e nacional, formação de professores/as, entre outras (CANDAU, 2010, p. 13).

Ambas as autoras, bem como um grande número de pesquisadores, mencionam a necessidade de se desenvolverem práticas que culminem na mudança do presente cenário escolar.

Neste artigo, debruçamo-nos sobre um problema presente há muito tempo no contexto escolar: a violência. Apresentamos uma opção de política pública educacional que envolve os diferentes atores, formando-os para o cultivo de uma cultura de paz.

A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis (UNESCO, 2010, p.11).

Por meio destas palavras entendemos que a cultura de paz deve ser cultivada em todos os contextos sociais, pois investir numa convivência pacífica é vislumbrar

um mundo mais igualitário, inclusivo, que trata a violência como inviável e que acredita no diálogo como o caminho para a resolução dos conflitos.

A construção de uma cultura de paz não denota ausência e/ou camuflagem dos conflitos, mas solicita o reconhecimento da diversidade, das desigualdades e das injustiças. Cultivar a cultura de paz é acreditar que a convivência entre os diferentes pode ser pacífica, mesmo que não seja livre de conflitos. Ao falar sobre convivência, Jares (UNESCO, 2010, p.50) afirma: “Conflito e convivência são duas realidades sociais inerentes a toda forma de vida em sociedade”. Para ele, os conflitos fazem parte das relações sociais e não significam uma ameaça à convivência.

Nesse sentido, podemos lembrar a contribuição dos estudos piagetianos sobre a questão didático-metodológica do papel do professor, o qual é o de criador de conflitos que orientem os aprendizes a repensar o mundo. Os conflitos, por sua vez, são motores tanto para a construção de conhecimentos quanto para a organização de uma educação democrática.

Longe de pensar uma estruturação cognitiva fixa, La Taille (1997) pontua que Piaget as pensa como capazes e necessárias para transformar e para dar conta das singularidades do meio. A instabilidade é então promotora de uma nova visão de mundo, que passa a ser assimilada/acomodada pelo indivíduo. É, portanto, de um momento de “crise” que pode surgir um reposicionamento e uma releitura do mundo, um reposicionamento com relação à violência e ao respeito. O professor é fundamental neste processo, pois é o responsável por organizar o espaço e o tempo para introduzir os sujeitos ao mundo, à ética e aos novos valores. O educador tem o dever de provocar o conflito, a fim de abalar as visões de mundo preexistentes dos alunos, contrapondo-as a novas, por deter conhecimento e experiência mais vastos.

De um desequilíbrio, ou seja, de uma situação conflituosa e até então desconhecida, surge a necessidade de introjetar um novo aprendizado, o qual, após ser interiorizado, induz ao estado de equilíbrio, não ao inicial, mas sim ao construído em um nível superior. Esse novo estado de equilíbrio possibilita ao indivíduo outras formas de interação com o meio.

Segundo La Taille (1997, p. 25), “o indivíduo somente age se ele sentir a necessidade de fazê-lo, isto é, se o equilíbrio for momentaneamente rompido entre o meio e o organismo, e a ação tende a restabelecer o equilíbrio, a readaptar o

organismo”. A vontade de conhecer, à luz da teoria piagetiana, é derivada da possibilidade de interação e visa à expansão dos horizontes desta mesma interação.

Diante disso, conduzimos uma reflexão sobre as possibilidades de um convívio democrático no universo escolar. Tal convívio está sujeito a momentos de conflitos, o que para Rancière (1996) são motores da prática democrática, bem como a capacidade de discordar e de mostrar novos caminhos. Os conflitos podem surgir de dissensos, isto é, de resíduos de discussões anteriores, que voltam à tona por algum motivo, no entanto, não pressupõem violência.

Chispino (2007, p. 15) define conflito como “toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito”. Sendo assim, a escola é um ambiente no qual os conflitos estão presentes, pois ela é frequentada por pessoas de diferentes faixas etárias, etnias, ideologias, condições econômicas, físicas e intelectuais. Ela é palco da diversidade e terreno fértil para o surgimento de conflitos, que precisam ser enfrentados positivamente. No entanto, o que percebemos é que na maioria das vezes os conflitos são entendidos como manifestações nocivas à convivência e busca-se reprimi-los por meio do uso da violência, fato que desencadeia ações também violentas.

Agir de forma violenta não se limita a um ato de agressão física. Por conseguinte, podemos entender que a violência está presente no contexto escolar de muitas formas. Conforme Schilling (2012) é importante pensar a violência no contexto escolar a partir de três dimensões: violência contra a escola, violência da escola e violência na escola. A violência contra a escola se manifesta por meio de pichações e depredações, do desvio de verbas destinadas à educação, do descaso com a manutenção dos prédios escolares, dos salários baixos dos profissionais da educação, dentre outros. A violência da escola é expressa por meio de discriminações relacionadas à raça, ao gênero, às condições físicas e intelectuais, ao descompromisso com a aprendizagem e à indiferença para com as necessidades dos alunos. A violência na escola revela-se nas agressões de toda natureza, nas ameaças e nos roubos, por exemplo.

Nestas formas de manifestações da violência no contexto escolar as posições dos agressores e das vítimas não são estáticas. Na prática, isso quer dizer que o aluno pode agredir seu professor e ser por ele agredido, bem como os gestores podem

agredir os professores, por meio de práticas coercitivas, enquanto estes também podem agir de modo a agredir os gestores. Além disso, o poder público pode negligenciar os recursos à educação e/ou os alunos e professores podem fazer mau uso dos recursos que a escola dispõe.

Partindo deste ponto de vista, entendemos que para agir contra a violência é preciso que os atores do contexto escolar responsabilizem-se por suas ações e se comprometam em buscar caminhos não violentos para resolver as adversidades. Schilling (2012, p. 100) esclarece que há escolas no Brasil que não se conformam com a violência: “são escolas que negam a discriminação, a resignação, que enfrentam o desafio de pensar em uma escola que promova a igualdade”. Também Chrispino (2007) coloca que embora a escola seja uma comunidade que historicamente enxerga o conflito como algo ruim e tende a inibi-lo, é possível ver experiências escolares nas quais os conflitos são vistos como uma manifestação mais natural.

Chrispino (2007, p. 17) ainda cita que os conflitos trazem diversos benefícios às relações, tal como ensinar “que a controvérsia é uma oportunidade de crescimento e de amadurecimento social”. Vinha (2011) contribui com a discussão ao esclarecer que, segundo Piaget, a construção da autonomia moral só é possível em um ambiente no qual as pessoas tenham liberdade para se expressar e sintam que seus sentimentos e necessidades são respeitados. Nele, o sujeito deve poder vivenciar cotidianamente situações de cooperação e de trocas de experiências. Os conflitos são, portanto, compreendidos como oportunidades para que os alunos conheçam e discutam sobre os pontos de vista próprios e dos outros, e assim busquem soluções que sejam respeitadas.

De acordo com Tognetta (2010), os castigos e as punições como meios para resolução de conflitos levam as pessoas a temerem emitir suas opiniões, argumentar e tomar decisões, por sentirem-se ameaçadas. Resolver os conflitos existentes nas relações escolares por meio de punições e castigos inviabiliza a construção de um ambiente cooperativo e de respeito mútuo e, desta forma, impede a construção da cultura de paz.

Segundo Araújo (2012, p. 208), “a paz é um processo de aprendizagem”, e as escolas precisam se preparar para educar para a paz. Para ele,

[...] existem fundamentos para ensinar a paz, existem fundamentos para compreender as emoções construtivas e destrutivas; existem fundamentos para compreender os benefícios da amorosidade, da compaixão, da calma e da generosidade, tanto quanto existem fundamentos para compreender os danos pessoais e coletivos da raiva, do ódio, da inveja e do ciúme. Educar para paz é exatamente educar para as emoções. A violência nasce na ignorância, na dor, no sofrimento de reiteradas frustrações (ARAÚJO, 2012, p. 208).

Para se construir um ambiente escolar menos violento é preciso que todos os atores que convivem neste contexto aprendam a identificar seus sentimentos e a expressá-los de forma respeitosa e pacífica.

1.1 PROCESSOS CIRCULARES: UM CAMINHO PARA CULTIVAR A CULTURA DE PAZ

As Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1997, proclamaram o ano de 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz e, em 10 de novembro de 1998, proclamaram a década de 2001-2010 como a Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo, potencializando uma mobilização mundial de diferentes órgãos responsáveis pela Educação, pelo Meio Ambiente, pelo Sistema Judiciário, entre outros, para transformar os princípios da cultura de paz em ações concretas (UNESCO, 2010).

Neste contexto, o Sistema Judiciário, nos primeiros anos do século XXI, abriu uma discussão sobre formas de ampliar e qualificar o acesso das pessoas à Justiça, marcando assim o início da Reforma do Judiciário. Segundo Melo (2008), a partir de uma agenda política discutida nacionalmente, projetos começaram a ser desenvolvidos em algumas regiões do Brasil adotando os conceitos da Justiça Restaurativa (JR), usada para resolver situações criminais e ou conflituosas envolvendo principalmente crianças, adolescentes e jovens.

Devido ao grande número de conflitos escolares que eram levados para a resolução judiciária, a partir de 2005, algumas parcerias entre as Secretarias de Educação e o Sistema de Justiça surgiram, a partir das quais iniciaram-se projetos em escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio que se baseiam nos princípios da JR.

A JR consiste em resolver os conflitos buscando meios para restaurar as relações, de modo que ambas as partes, ofensor e vítima, encontrem por meio do diálogo uma maneira de reparar o dano causado. Esta abordagem entende que é por meio da compreensão dos motivos que estimularam a ação danosa é que poderão surgir ações reparadoras que contribuirão para que o ofensor se responsabilize pelos seus atos e tenha a possibilidade de repensar sua forma de agir, modificando-se em situações posteriores.

Esta forma inovadora de se fazer e pensar a justiça passou a ser discutida a partir da segunda metade do século XX. A Nova Zelândia é um dos países pioneiros nesta forma de conduzir a resolução de conflitos, sendo que desde 1989 adota a JR nos tribunais e também nas escolas.

O foco da Justiça Restaurativa está em reparar o dano causado à vítima e não em punir o autor da ação danosa. Reparar implica o ofensor em assumir a responsabilidade pela ação praticada, compreender o quanto esta ação prejudicou a vida de outra pessoa ou comunidade, e assim corrigir o mal causado. Zehr (2012) pondera, no entanto, que a JR não é a solução para todos os problemas criminais, seja qual for a gravidade, mas a sua prática possibilita que todos os envolvidos na ação ofensiva sejam respeitados em seus direitos. Neste sentido, Zehr (2012, p. 48) diz: “Se me fosse pedido para resumir a Justiça Restaurativa em uma palavra, escolheria “respeito” – respeito por todos, mesmo por aqueles que são diferentes de nós, mesmo por aqueles que parecem nossos inimigos”.

Nesta perspectiva, compreendemos que os princípios da Justiça Restaurativa estão intimamente ligados aos princípios da cultura de paz, bem como aos princípios dos processos circulares. De acordo com Mumme (CECIP, 2012), os processos circulares são formas de reunir pessoas para que juntas estabeleçam formas criativas de relacionar-se respeitosamente e solidariamente. A prática de processos circulares baseia-se na formação de círculos compostos por pessoas que aceitam participar de conversas para se alcançar diferentes metas.

Para Pranis (2010), as reuniões em círculos podem ter diferentes objetivos, recebendo nomes e procedimentos diferentes, tais como: círculos da celebração, círculos de apoio, círculos do diálogo, círculos de aprendizado, círculos restaurativos, dentre outros. Todos estes são Círculos de Construção de Paz, os quais “descendem diretamente dos tradicionais círculos de diálogo, comuns aos povos indígenas da

América do Norte” (PRANIS, 2010, p. 19), e estão se propagando desde a década de 1990 em diferentes países, sendo desenvolvidos nos mais variados contextos, como na justiça criminal, nos locais de trabalho e nas escolas.

Os objetivos das reuniões em círculo são diversos e adequam-se às necessidades de cada ambiente. Nas escolas, por exemplo, estão sendo utilizados com os seguintes propósitos:

Gerenciar conflitos em sala de aula e no recreio; Lidar com a disciplina nas escolas; Ensinar a escrever em escolas alternativas; Reparar danos infligidos por uma classe; Tratar de casos de recaída de drogadição numa escola para dependentes em recuperação; Desenvolver programas pedagógicos para alunos especiais (PRANIS, 2010, p. 32).

Os Círculos de Construção de Paz possuem elementos estruturantes, sendo os principais: (a) a organização das pessoas em círculo; (b) a presença de um guardião ou a utilização do bastão da fala; e (c) o momento da contação de história. A organização do grupo em formato circular é importante porque permite que todos estejam em igual posição, não havendo alguém em destaque, denotando que todos têm os mesmos direitos e força. O bastão da fala é um objeto que passa de mão em mão, servindo como um regulador da fala, ou seja, cada membro do grupo só pode falar em posse deste objeto, porém, aqueles que preferirem o silêncio, têm sua vontade respeitada (PRANIS, 2010).

O guardião ou facilitador é a pessoa responsável por organizar o espaço que receberá as pessoas para a realização do círculo. É ele que irá apresentar a proposta aos participantes e conduzirá o círculo para que seus objetivos sejam alcançados. Durante a dinâmica, ele estimula os participantes por meio de perguntas que os levem a refletir, porém sem apresentar soluções ou emitir suas opiniões: “o guardião não controla as questões a serem levantadas pelo grupo, nem tenta conduzi-lo na direção de determinada conclusão, mas pode intervir para zelar pela qualidade da interação grupal” (PRANIS, 2010, p. 27). O facilitador é uma figura importante no processo circular e sua postura influencia diretamente na qualidade do desenvolvimento do processo de resolução do conflito, precisando passar anteriormente por treinamento para desempenhar tal função.

O momento da contação da história é a parte principal do Processo Circular, pois é nele que cada participante partilha com o grupo seus sentimentos, suas

necessidades e experiências diante do fato/tema. Contar histórias pessoais ajuda o sujeito a refletir sobre si próprio e como cada situação relatada afetou ou afeta a sua vida. Por outro lado, ouvir as histórias de vida das outras pessoas contribui para a compreensão de ações e isso é capaz de desmanchar os preconceitos existentes nas relações interpessoais (PRANIS, 2010).

Os Processos Circulares, baseados nos princípios da JR, apontam caminhos para a resolução democrática de conflitos de modo não violento. A Cultura de Paz ganha concretude no que tange ao desenvolvimento das habilidades de ouvir e de contar histórias, ao respeito ao outro e à não hierarquização da fala dos envolvidos.

1. 2 IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: INVESTIMENTO NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Em meados de 2009, a Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos (SP), por meio de uma parceria com as equipes do Instituto Mediativa e do Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP)¹, iniciou o desenvolvimento de um processo formativo fundamentado nos princípios da JR, da Cultura de Paz e dos Processos Circulares, com os objetivos de prevenir e de reduzir ações de violência no âmbito escolar.

Desde então, a referida Secretaria vem se mobilizando para que professores, gestores, alunos, famílias e funcionários tenham acesso aos fundamentos teóricos destes princípios, para que, desta forma, encontrem maneiras respeitosas e produtivas de conviver e resolver os conflitos.

No período de 2009 a 2013, as 44 Unidades Escolares (UE) de Ensino Fundamental da cidade tiveram acesso ao projeto, por meio da participação de representantes de cada UE (alunos, pais, funcionários, gestores e professores) em encontros formativos que aconteciam quinzenalmente. No ano de 2013, foi criado o Núcleo de Educação para Paz, que conta com uma equipe formada por três professoras da Rede Municipal que assumiu a responsabilidade pelos cursos de formação. Com isso, foi encerrada a parceria com as ONG citadas acima.

¹ Instituto Mediativa e CECIP são organizações não governamentais brasileiras que entre outras atividades desenvolvem capacitações de pessoas para utilizar os princípios da Justiça Restaurativa e dos processos circulares.

Em 2014, o Núcleo continuou suas atividades de capacitação investindo na manutenção das formações desenvolvidas anteriormente e na capacitação de gestores e professores recém-chegados às UE.

Ao longo dos anos de desenvolvimento desse projeto foi sendo ampliada sua atuação. No início seu foco era a resolução de conflitos por meio do uso de Círculos Restaurativos, e recebia o nome de Justiça Restaurativa, posteriormente recebeu o nome de “Círculos Restaurativos”, visando fortalecer a prática de diferentes processos circulares. Ainda recebeu o nome de “Práticas Restaurativas – Cultura de Paz”, investindo, assim, não somente nos processos circulares, mas em outras práticas que cultivam a cultura de paz, e atualmente o programa de formação é nomeado de “Restaurando as relações de convivência por meio da cultura de paz”.

Os encontros de formação acontecem quinzenalmente durante um ano e cada encontro tem duração de três horas. Nestes encontros os participantes têm contato com materiais teóricos que abordam temas como: JR, Cultura de Paz, Comunicação Não Violenta, Construção da Autonomia Moral e Processos Circulares. Vivenciam os Processos Circulares para discutir os temas citados. Além desses encontros de formação, a equipe do Núcleo de Educação para Paz, oferece assessoria às UE que implantaram e/ou estão implantando a JR, desenvolvendo oficinas com alunos, de forma a incentivá-los a serem multiplicadores dos ideais da JR e da Cultura de Paz.

De acordo com os dados fornecidos pela equipe do referido Núcleo, durante o período de 2009 a 2014, cerca de 38.000 alunos tiveram acesso ao projeto. Devido às avaliações positivas que esta política pública vem recebendo, no ano de 2015, o projeto passou a abranger também as UE da Educação Infantil. Foram realizados encontros formativos com 10 equipes gestoras, pretendendo-se nos anos posteriores manter o processo de formação até que todos os gestores tenham tido acesso ao projeto.

Uma vez tendo implantado o projeto em todas as UE, o Núcleo de Educação para Paz terá como objetivo promover formações de manutenção, assim como já é feito com as UE do Ensino Fundamental.

2 METODOLOGIA

De acordo com Silva (2005), a abordagem qualitativa é adequada a pesquisas que se propõem a considerar como objeto de análise a visão do sujeito sobre um determinado fenômeno vivenciado por ele. Sendo assim, escolhemos esta abordagem para realizar nossa pesquisa, uma vez que nosso objetivo era analisar a visão dos professores sobre a contribuição da política pública educacional supracitada, para a prática docente, bem como para o âmbito escolar.

Para possibilitar o registro, a organização e a sistematização das experiências e ideias dos professores, a entrevista semiestruturada foi escolhida como instrumento de coleta de dados, pois conforme Duarte,

[...] entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. (2004, p. 215)

Foi elaborado um roteiro semiestruturado com questões abertas e questões fechadas. A partir das questões fechadas elaboramos um perfil dos participantes, pois entendemos que o contexto em que estes professores atuam e suas experiências passadas influenciam na sua forma de compreender e avaliar o programa do qual participaram. As questões abertas foram analisadas por meio da metodologia de Análise de Conteúdo, pois ela possibilita a análise interpretativa do material coletado.

Participaram da pesquisa 11 professoras. Diante das entrevistas gravadas e transcritas, iniciamos o trabalho de seleção de conteúdos-chave da fala das professoras, para que pudéssemos realizar a análise das narrativas. De acordo com Moraes (1999), realizar uma análise de conteúdo exige do pesquisador procedimentos específicos que o direcionem a analisar os dados coletados a partir de um referencial teórico, sendo que em um primeiro momento é importante realizar uma leitura exploratória do material, e a partir dela identificar as mensagens mais relevantes para serem posteriormente categorizadas, descritas e interpretadas a fim de atingir o objetivo da pesquisa.

Para a elaboração deste artigo, escolhemos como unidades de análise as respostas para as seguintes questões:

- Você percebeu mudanças nas atitudes dos alunos após a sua participação nos encontros formativos? Quais mudanças?

- Você considera que o programa de formação continuada Práticas restaurativas –Cultura de Paz contribui para a diminuição da violência nas escolas? Por quê?
- Você considera que um programa de formação como este contribui para melhorar a convivência das pessoas (professores, alunos, pais, equipe gestora, demais funcionários) no âmbito escolar?

Analisando as respostas para as questões acima, identificamos as seguintes categorias: (a) o cultivo de ações contra violência na sala de aula, e (b) a importância de formar as pessoas para a convivência respeitosa.

A partir destas categorias, fizemos a interpretação do material coletado, usando como referencial teórico as contribuições dos autores: Schilling(2012), Vinha(2011),Tognetta(2010), Chrispino (2007) e Pranis(2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o processo de análise das 11 entrevistas identificamos as motivações de participação na formação e as práticas desenvolvidas junto aos alunos como elementos importantes para compreender o quanto essa formação influenciou tais profissionais e tem estado presente em seu cotidiano nas UE em que trabalham. Neste artigo, apresentamos uma reflexão sobre estes dois aspectos de destaque nas narrativas das professoras.

Por meio da leitura e análise das entrevistas realizadas, verificamos que todas as entrevistadas levaram elementos da formação para a sala de aula, ou seja, agregaram em sua prática pedagógica conhecimentos e procedimentos sugeridos nos encontros formativos.

Observamos que cada uma valorizou aspectos diferentes da formação e que, a partir disso, investiram em ações distintas: algumas adotaram a prática de realização de Círculos de Construção de Paz, para discutir sobre os problemas de comportamento presentes em sala de aula; outras passaram a usar o bastão da fala, independente da realização de um círculo formal; e há ainda as que investiram em ações como a de escutar mais os alunos, suas vivências e sentimentos, embora não tenham realizado processos circulares em sala de aula. Partindo das práticas

relatadas pelas professoras e de suas opiniões sobre a influência destas práticas no comportamento dos alunos, elaboramos as análises que se seguem.

3.1 CULTIVANDO AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA NA SALA DE AULA

Entendemos que uma prática violenta pode ser aquela que desnaturaliza, retira direitos, coage, constrange, viola ou transgride direitos e a justiça. De acordo com Chauí (1999, p. 5 apud Schilling, 2000),

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos.

Schilling (2012) afirma que a violência escolar se manifesta em três dimensões: na escola, contra a escola e pela escola. Compreendemos que o contexto escolar está repleto de práticas que desrespeitam as necessidades e os sentimentos humanos, sendo que, em alguns casos, a violência se manifesta de sua forma mais explícita, por meio da agressão física.

Dentre as professoras que participaram desta pesquisa, apenas uma relatou uma situação de violência física protagonizada por ela e uma criança de oito anos. Os demais relatos não trouxeram este tipo de conteúdo, mas apontaram para conflitos nas relações entre alunos e entre professor e alunos. Tais conflitos, a partir da formação sobre a JR e a Cultura de Paz, passaram a ser vistos e resolvidos de outra forma.

A seguir, o depoimento da professora Júlia²:

“Esses encontros foram bons porque eu ensino meus alunos a aprender a ouvir, porque nesta faixa de idade que eu trabalho, de 10, 11 anos, eles são muito falantes, então eu trabalho muito com eles o aprender a ouvir, o levantar a mão, o respeitar ao próximo, porque eles não têm muito disso, então, nisso daí, ajudou bastante, porque antes não tinha isso, antes a gente não percebia essa importância com os alunos”.

² Para identificar as professoras entrevistadas foram utilizados nomes fictícios.

Esta fala da professora nos permite dizer que, por meio dos encontros formativos, ela percebeu a importância de ensinar aos alunos a conviver, bem como a ouvir e a respeitar uns aos outros. Em outras palavras, ela assumiu a postura que se espera do professor: contribuir com a formação integral do indivíduo aprendiz. Essa postura fortaleceu o vínculo entre os alunos e ela, que observou as seguintes mudanças:

“[...] meus alunos são falantes, tudo mais, mas se eu falar assim: “5º ano eu preciso falar”, eles ouvem. Antes tinha que ficar falando, repetindo várias vezes, agora não, não há necessidade de ser mais enérgica. Se tem um conflito, por exemplo, às vezes até um *bulling*, que às vezes acontece na sala de aula, porque hoje em dia tem muito disso né? Eu observo, assim, que na conversa eles têm o discernimento de pedir desculpas para o colega, que é muito importante”.

É importante destacar que a professora Júlia, neste relato, indica que o aluno tem o discernimento de se desculpar. Ela trabalha, então, como uma mediadora, não impondo aquilo que deve ser feito. Ao destacar que o aluno tem discernimento, a professora salienta o protagonismo de seus alunos no processo. Semelhante a esse relato, é a vivência da professora Bia, ao propor os Círculos de Construção de Paz para discutir os problemas vivenciados na sala:

“O que a gente observa mais é realmente essa cobrança. Eles ficam sendo cobrados, por parte não do professor, mas do coleguinha, então eles sabem que os coleguinhos não estão satisfeitos com o comportamento que ele vem apresentando. E aí comenta isso com ele, e ele é obrigado a ouvir porque quem está falando é o coleguinha. E a gente não precisa induzir a nada. As perguntas levam a criança a estar desabafando mesmo que não gosta de tal coisa. Então, a gente nota que tem mudança de comportamento, tem uns que não, não mudam nada, pode falar a vontade, nem 15%. Alguns vão entrando mesmo: - Poxa eu estou sendo questionado, por que eu não vou mudar?”

Neste relato da professora Bia, observamos que ela partilha com os alunos a responsabilidade de tornar o ambiente da sala de aula agradável. A professora faz notar com esta atitude que tornar bom o clima daquele ambiente é tarefa de todos,

assim os alunos assumem um papel de protagonistas, ao mesmo tempo em que recebem a responsabilidade de cuidar disso.

A professora Yasmin também destacou a importância de se permitir que os alunos partilhem suas histórias:

“Quando eles começam a contar a história deles parece que eles mudam, eles se sentem valorizados. Este círculo de celebração, acho que tinha que fazer porque mexe com o aluno, com a sensibilidade. Acho que mexendo com a sensibilidade, o comportamento vai melhorando.”

A experiência relatada pela entrevistada converge com as ideias de Pranis (2010) a respeito da contação de histórias, pois, segundo a autora, narrar as próprias vivências e escutar diferentes experiências de vida possibilita que o sujeito reflita sobre suas próprias ações e mude sua forma de enxergar o outro, ou seja, estabelecendo assim relações mais compreensivas e menos julgadoras.

Conforme Vinha (2011) e Tognetta (2010), os professores precisam abrir espaço em suas aulas para discutir sobre os relacionamentos interpessoais, sobre formas respeitadas de viver em grupo, pois estas vivências em sala de aula contribuirão para que os alunos se fortaleçam para usar o diálogo como forma de reagir às adversidades.

A professora Janine também relata uma experiência positiva que viveu por meio do desenvolvimento de Círculos de Construção de Paz com uma turma de segundo ano:

“Este ano eu recebi um aluno, com histórico de agressividade. No primeiro dia de aula, eu vi que ele queria aprontar, mas como eu já venho trabalhando desde 2012, eu apresentei na reunião de pais o projeto, mostrei as fotos antigas e comecei a fazer na sala de aula e este menino mudou. A mãe dele veio aqui esses dias, eu fui conversar com ela em relação à aprendizagem, que eu ia fazer umas atividades diferenciadas. Ela começou a chorar, me agradecer, porque ela falou que ele estudava em escola particular e foi expulso, então ela veio agradecer o acolhimento, desta relação afetiva que ela falou que eu consegui prender a atenção dele. Isso é bom né? Porque você mostra que alguma coisa você está fazendo por essa criança. Não só a educação no sentido de conhecimento, mas também nesta parte de valores. E isso é muito bom!”

A ação desta professora com os alunos, especialmente com esta criança que apresentava um comportamento agressivo, demonstra o seu empenho em contribuir para que a escola seja um espaço de convivência pacífica. Neste sentido, fazemos nossas as palavras de Schilling (2012) quando ela afirma que a violência na escola não é uma fatalidade, e que uma escola que se mobiliza para buscar soluções coletivas para os problemas é uma escola não violenta.

Nos trechos elucidados, buscamos apresentar as ações de algumas das professoras em prol da construção de uma Cultura de Paz na sala de aula. Seguiremos nossa análise apresentando a visão delas sobre a relevância deste projeto de formação na diminuição da violência escolar e para a formação dos professores e outros atores do contexto escolar.

3.2 A IMPORTÂNCIA DE FORMAR AS PESSOAS PARA CONVIVÊNCIA RESPEITOSA

Os relatos das professoras indicaram que elas consideram que o trabalho efetivo com os princípios da JR e a prática dos Processos Circulares são capazes de contribuir para diminuição da violência escolar. Sobre este aspecto, destacamos a fala da professora Ana Lúcia:

“[...] quando a coisa é feita, da maneira como deve ser, que surtem os efeitos, a pessoa se responsabiliza muito depois, pelas atitudes que ela tem. Então a pessoa realmente, ela tem que parar e mudar o caminho dela, então, muda realmente, mas é uma coisa assim, que tem que estar sempre nutrindo, porque eu vejo mais pelo lado preventivo, porque depois que aconteceu o conflito é mais difícil”.

Nesta fala a professora Ana Lúcia defende que as ações propostas pelo projeto precisam ser realizadas de forma sistemática e preventiva, pois assim acarretarão mudanças nas ações das pessoas. A professora Mirele complementa esta forma de pensar ao dizer:

“Contribui para a diminuição? Para diminuição não. Eu acredito que para instalação da dúvida. Você não vai ter uma mudança de comportamento repentina, porque mudança de comportamento é sinal de aprendizagem, houve

aprendizagem por isso, mudou-se o comportamento, mas é o início da reflexão: - Por que é que eu preciso mudar? E isso não é uma coisa que a gente vai ter a curto prazo”.

Esta professora traz um questionamento que se assemelha ao pensamento de Lariane:

“Ele contribui na medida em que coloca as pessoas para pensar sobre. O que a gente não pode é achar que o programa, como qualquer coisa vai ter a sua fórmula mágica. O que a gente precisa fazer, e o que vai fazer diferença, eu acredito que é o movimento que as pessoas fazem de ter autoria sobre este programa, não ter algo que tem que fazer assim, é um procedimento e todo mundo agora faz, sem ter discutido, sem ter entendido o significado para si. Então, eu acho que é válido pelo fato de que pensa-se a respeito, repertoria as pessoas, dá ferramentas para elas utilizarem, porque às vezes eu tenho um único caminho, e eu conhecendo outras formas eu posso agregar [...]”.

Estas professoras colocam a importância de a escola assumir que os conflitos existem e que ela não é impotente a eles. Professores, gestores e demais funcionários podem agir de forma a resolver os conflitos sem deixar que eles se transformem em confrontos violentos.

De acordo com Vinha (2011), a escola exerce importante influência na formação moral do sujeito, porém os profissionais da escola precisam deixar de se sentir frágeis diante desta influência, pois se os professores e gestores entendem que a formação moral é de responsabilidade exclusiva da família, não se comprometem na busca por novas práticas que tornem a escola um espaço que contribua para o desenvolvimento da autonomia moral.

De acordo com os relatos da professora Olívia, a prática de realizar Círculos de Construção da Paz com frequência e de adotar uma postura de escutar as pessoas com o propósito de compreendê-las torna o ambiente escolar pacífico. Quanto à sua experiência com o projeto, ela diz:

“Eu vejo que hoje a gente não consegue trabalhar de outra maneira... Hoje já se tornou rotina, sabe? E é pelos resultados que a gente tem visto, tem percebido o quanto vale a pena. Eu vejo que o fato de estar escutando o outro já muda muito. Você não veio com acusação, sabe? Você já viu o cidadão ali, o aluno ali (ali refere-se à sala de direção), não sei quantas vezes, mas você não vem com aquela postura de que: “De novo!” Não tem mais isso. E olha,

isso é um processo, porque a gente sempre foi acostumado: “Nossa você!”. A gente tem vivenciado isso, muito diferentemente, e vale a pena!”

A professora Janine trabalha na mesma escola que a professora Olívia e ela relata o quanto faz diferença quando os gestores assumem os princípios da JR e empenham-se em praticar o programa na escola:

“[...] esta escola já começou a Reunião Pedagógica e Administrativa fazendo um círculo da cultura de paz. É uma escola, pelo que eu vejo entre os professores, pelas falas, pelas vivências da equipe gestora, elas fazem a JR com os professores também, e com os funcionários. Eu vejo sim, que tem esse respeito com o outro, aceitar a opinião do outro, então eu vejo que aqui, eles praticam mesmo, é uma escola que eu venho, é a primeira vez que eu trabalho aqui, mas que estou vendo este processo teórico e até por isso, que eu quis vir pra cá, eu quis vir para esta escola, porque minha colega já trabalhava aqui e ela falava que aqui acontecia a JR, porque a JR, eu acredito que tem que ser um trabalho em comum”.

Assim como Janine, a professora Camila também cita a importância do envolvimento da equipe gestora: “Todo mundo é ser humano, todo mundo precisa de carinho, deste contato, desta visão mais humana. A gente tem uma diretora que tem essa visão mais humana também, que gosta de agregar, então acho importantíssimo”.

Araújo (2012, p. 207), ao falar sobre o papel de um líder diz: “Toda liderança saudável deve buscar um olhar novo, incomum e assumir o desafio de oferecer às pessoas não só o que elas gostam ou querem, mas também o que elas não sabem que querem”. As palavras do autor convergem com os relatos das professoras sobre a influência da equipe gestora no processo de mudança de postura de professores, funcionários, alunos e pais. Isso também torna claro que o professor sozinho não conseguirá mudar a cultura da escola, conforme citado pela professora Ana Lúcia: “Acho que a escola, eu digo assim, diretora, a orientadora, a equipe tem que estar querendo fazer isso também, porque se não estiver querendo, as coisas não acontecem. Tem que ter o apoio de todo mundo”.

Conforme relatado pelas professoras, as ações delas em sala de aula contribuem para um ambiente de convívio mais respeitoso. Destacamos aqui a fala da professora Bruna:

“[...] eu acho que aqui dentro, na minha sala de aula a gente se respeita mais, eles se respeitam mais entre eles, eu não sei se é porque o aluno ele se modifica de acordo com o lugar que ele está. Aqui existe muito respeito, dentro desta sala de aula, então eu respeito muito o aluno, então eles acabam me respeitando muito e eles ficam assim, não sei te explicar como, mas eles também se respeitam mais. Por exemplo, eu escuto muito palavrão na escola, aqui dentro é muito raro. Mas tudo isso é trabalho, vou mostrando para eles, é tema de aula também”.

Neste sentido pontuamos que embora nem sempre a equipe da escola esteja envolvida no processo de cultivar a cultura de paz, o trabalho do professor faz diferença, porém o comprometimento dos diferentes atores do contexto escolar gera mudanças nas relações de convivência e traz mais harmonia para a escola.

Segundo Chrispino (2007, p. 22), “se a escola é o universo que reúne alunos diferentes, ela é palco onde certamente o conflito se instalará. E, se o conflito é inevitável, devemos aprender o ofício da mediação de conflito”. A partir deste pensamento, entendemos que é preciso aprender a mediar um conflito, e isso se consegue por meio da apropriação de concepções, técnicas e posturas. Segundo o autor, o mediador é uma pessoa imparcial que coloca aos envolvidos no conflito as questões em disputa. Pranis (2010) nomeia o mediador como um facilitador, pois o foco dos círculos de construção da paz não é somente o conflito, mas também a celebração de uma data importante ou conquista do grupo, a discussão de um tema, entre outras possibilidades. Importa destacar que tanto para mediar um conflito como para facilitar um processo circular é fundamental que a pessoa que se disponha a desempenhar essa função tenha formação adequada, conforme alega Pranis (2010, p. 19): “recomenda-se que os facilitadores passem por um treinamento antes de conduzirem um círculo envolvendo circunstância de conflito, emoções fortes, ou situações de vitimização”.

Nos relatos das professoras observamos que consideram importante uma formação como esta que estamos analisando, porque ela traz um conhecimento necessário ao docente. Ressaltamos, assim, a narrativa das professoras Olívia e Ana Lúcia:

“Eu acho que é extremamente importante. As relações humanas, o professor não pode se esquecer desta relação humana. Eu vejo muito distanciamento do professor com o aluno. E isso é triste, numa escola. Eu vejo que isso deveria ser até inaceitável, essa distância e além do que esta formação para o

professor enquanto professor, quer dizer, além de professor, mas de ele ser humano sabe? Do lado pessoal dele, estamos trabalhando com pessoas, e com a formação destas pessoas”. (Olívia)

“Sim, porque a gente é formada para ser professora, mas nós somos pessoas falíveis. Tem professores que têm formação acadêmica, mas não têm, falta talvez, uma formação de relacionamentos. Não convive bem com os colegas, tem problemas de relacionamentos, então, isso vai influenciar no trabalho dele, na formação dele. Esta formação a gente não nasce com ela, nós não nascemos com esta formação de relacionamento interpessoal, você tem que aprender, isso é aprendido”. (Ana Lúcia)

Retomando a afirmação de Chrispino (2007) de que a escola é um local no qual haverá conflitos, torna-se necessário investir na formação dos professores para que eles possam, diante de um conflito, agir de forma a contribuir para a resolução pacífica dele. Ao defenderem a importância de haver formação para o professor aprimorar suas habilidades de lidar com as pessoas, as professoras Bruna e Mirele trazem à reflexão o quanto alguns docentes são resistentes a formações sobre este tema:

“Eu acho que é muito importante, ela tem que ser muito bem pensada, planejada, porque de repente ela não é aceita, ela é vista assim, quem não conhece, olha com desconfiança: “Ahhh mais uma coisa”, mas depois que ela acontece... Quando você faz alguma das propostas, mas você dá o nome, não é muito bem aceito não. E é tão importante né? Não só para o professor, eu vou falar do professor, mas isso devia se estender para todo mundo. Na minha opinião, todo mundo tinha que passar pela cultura de paz, isso é como eu falei para você, é um processo, acho que até na formação do professor, academicamente falando, deveria ter uma disciplina. Por quê? Porque aí você já vinha com estas ideias. Então, eu acho que é super válido este investimento e tem que ser aos pouquinhos. Não dá para impor de uma hora para outra, mas eu acho super positivo”. (Bruna)

“[...] eu acho que precisa realmente, acontecer, mas não adianta pôr a pessoa para fazer, se ela não está interessada. Eu acho que precisa, mas tem que ser assim, a pessoa tem que ser convencida de que é importante”. (Mirele)

Outras professoras também relataram perceber a resistência de alguns colegas de profissão quanto a este tipo de formação. Assim, podemos inferir que muitos

docentes, como aponta Vinha (2011), estão presos na ideia de que a família é a única responsável pela formação moral dos alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi explicitado, muitos são os problemas escolares e por isso são necessárias diferentes ações para superar tantos desafios. Neste artigo, apresentamos uma política pública educacional que contempla as questões relacionais do âmbito escolar e que, por meio de uma formação continuada, visa garantir com que os conflitos vividos neste contexto não se desdobrem em confrontos violentos. Os relatos das professoras entrevistadas mostraram que, para elas, os encontros formativos trouxeram conhecimentos relevantes que contribuíram para melhorar o convívio entre elas e seus alunos, bem como entre os próprios alunos.

Ao relatarem suas práticas, as docentes indicaram que a partir das propostas sugeridas e ou vivenciadas no processo formativo, fizeram adequações às características do seu grupo de alunos. Construíram novas práticas, evidenciando, assim, que o professor, ao participar de uma formação, reflete sobre os pontos que lhe são importantes e reorganiza-se a partir de tais reflexões.

Esta pesquisa apontou que o projeto de formação pesquisado “Práticas restaurativas – Cultura de Paz”, atualmente denominado “Restaurando as relações de convivência por meio da cultura de paz” causou um impacto positivo para a prática pedagógica das participantes. No entanto, os relatos expõem que há resistência por parte de alguns docentes e gestores em assumir o papel de cultivador da Cultura de Paz.

Para as professoras entrevistadas, a diminuição da violência só acontecerá efetivamente quando todos os atores do universo escolar se envolverem e se responsabilizarem por adotar cotidianamente posturas dialógicas e respeitadas diante de um conflito.

A construção da cultura de paz nas escolas é uma tarefa que está no começo e muitas escolas precisam repensar suas condutas diante dos conflitos para conquistar um ambiente escolar no qual a violência seja vista como uma forma inviável de convivência.

VIVIAN MARIA SENNE DE ASSIS

Graduada em Psicologia (UBC) e Pedagogia (UNISEB). Mestre em Educação e Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Atua como Orientadora de Ensino na Rede Municipal de São José dos Campos.

SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO

Possui graduação em História, mestrado e doutorado em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora na Universidade de Taubaté (UNITAU), no Programa de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano. Participa de grupos de pesquisa, entre eles: Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP). Realiza seu pós-doutoramento no Centro Simão Mathias de História da Ciência, CESIMA, na PUC-SP.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. R. Ensinar a paz: proposta para um currículo de educação integral. In: MOLL, J. (Org.) *Caminhos da educação integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 207-221.

CANDAU, V.M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. (Orgs.) *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.13-37.

CECIP, *Paz em movimento*. Trajetória do projeto Jovens e seu potencial criativo na resolução de conflitos em escolas municipais do Rio de Janeiro: 2012. Rio de Janeiro. www.cecip.org.br

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Dossiê – As dimensões da função docente na atualidade: questões investigativas, conceituais e políticas*. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 24, p. 213-225. Editora UFPR. 2004. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/248>. Acesso em: 22 abril 2016.

LA TAILLE, Y. O erro na perspectiva piagetiana. In: AQUINO, J.G. (Coord.) *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 25-44.

MELO, E. R. *Justiça Restaurativa e Comunitária em São Caetano do Sul: aprendendo com os conflitos a respeitar os direitos e promover a cidadania*. Rio de Janeiro: CECIP, 2008.

MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PRANIS, K. *Processos circulares*. São Paulo: Palas Athena, 2010.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Cia das letras, 1996.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SANTOS, M. J. E.. O professor ecológico no contexto da instituição escolar. *Revista FACED*, Salvador, n.15, p. 111-125, jan./julho, 2009.

SCHILLING, F. Um olhar sobre a violência da perspectiva dos direitos humanos: a questão da vítima. *Revista IMECS*, n.2, p.59-65, 2000.

SCHILLING, F. *Direitos, violência, justiça: reflexões*. São Paulo, 2012. Tese (Livredocência) – Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

TOGNETTA, L. R. P. *Um panorama geral da violência...e o que se faz para combatê-la*. Volume 1, Campinas. SP. Mercado das Letras, 2010. (Série Desconstruindo a violência na Escola: os meus, os seus e os nossos bagunceiros).

UNESCO. *Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*. Brasília, São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

VINHA, T. P. *A construção da autonomia: uma conquista para toda a vida*. Fórum SM de Educação. São Paulo e Rio de Janeiro, 2011.

ZEHR, H. *Justiça Restaurativa*. São Paulo: Palas Athena, 2012.